

1  
1  
2**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONERH**

3 Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, no  
4 auditório Paulo Jackson, no Instituto de Gestão das Águas e Clima - INGÁ, teve início a 18ª  
5 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH. Conduzida pelo  
6 presidente em exercício Wanderley Rosa Matos. Estiveram presentes os conselheiros do  
7 CONERH: Srª Kitty de Queiroz Tavares, Srº Marcelo Nunes de Abreu, Srª Bárbara Pedreira  
8 Simões, Srº Antonio Olavo de Almeida Fraga Lima, Srª Tatiane Araujo de Jesus, Srª Gertha  
9 Merícia Rios Pinheiro de Almeida, Srº Washington Franca Rocha, Srº Evilásio da Silva Fraga,  
10 Srº João Lopes Araújo, Srª Leila Márcia Souza Oliveira, Srº Julio Cesar Rocha Mota, Srº  
11 Demóstenes Miranda de C. Filho, Srª Maria Auxiliadora Prado Benevides, Srº Márcio Ferreira  
12 Guimarães, Srº Sergio de Almeida Bastos, Srº Eduardo Lobo Teixeira, Srª Maria Alice Borges  
13 da Silva e Srº Eduardo Henrique Rode. O presidente em exercício fez a leitura dos pontos de  
14 pauta da reunião: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Enquadramento Transitório do  
15 Riacho da Panela, do Riacho Principal, Rio Chapadinha, Rio Paraguaçu (jusante da Barragem  
16 de Pedra do Cavallo); 3. Informe sobre o Programa Água Doce; 4. Estudo de Priorização de Rios  
17 a serem Enquadrados nas RPGAs do Recôncavo Norte e Inhambupe, Leste, Paraguaçu e  
18 Salitre; 5. Informe sobre a Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos; 6. Informe sobre  
19 as providências quanto à qualidade das águas de Caetitê; 7. Informe sobre uso da água no Rio  
20 Salitre; 8. Informe sobre Ressarcimento dos representantes de Organização Cívica do  
21 CONERH; 9. Apresentação da EMBASA com o tema "Água e Saneamento"; 10. Informe sobre  
22 o Grupo de Trabalho do Programa de Restauração e Conservação de Matas Ciliares e  
23 Nascentes - GTMAC; 11. Calendário das Reuniões Ordinárias do CONERH 2011 (24/03/11;  
24 26/05/11; 25/08/11 e 24/11/11); 12. Informes sobre Resoluções publicadas do CONERH (nº 77  
25 e 78 de 26 de agosto de 2010); 13. O que ocorrer. Após a leitura dos pontos de pauta o  
26 presidente em exercício solicitou a Srª Kitty de Queiroz Tavares desse um informe sobre a  
27 ausência do Presidente do CONERH Eugênio Spengler, uma vez que o mesmo solicitou o  
28 adiamento da reunião. Kitty Tavares informou que o Presidente não pode comparecer, pois  
29 o mesmo se encontrava em Jacobina num seminário de Seminário dos Comitês Afluentes que  
30 estava ocorrendo. Após este esclarecimento, deu-se início à aprovação da ata da reunião  
31 anterior que foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros do CONERH. Dando  
32 continuidade à reunião, passou-se a discutir o segundo ponto de pauta que trata sobre  
33 Enquadramento Transitório do Riacho da Panela, do Riacho Principal, Rio Chapadinha, Rio  
34 Paraguaçu (jusante da Barragem de Pedra do Cavallo). O Conselheiro Sergio Bastos fez alguns  
35 esclarecimentos sobre o processo de enquadramento transitório. Após, fez a leitura do parecer  
36 e os comentários pertinentes sobre a proposta de resolução de enquadramento. O Conselheiro  
37 Julio Mota sugeriu alterações no artigo 5º e o Conselheiro Antônio Olavo ressaltou que esse  
38 parecer é um exemplo que o CONERH deve trabalhar sempre desse modo e dentro do  
39 possível. Também perguntou Antônio Olavo, quando a Embasa e o governo estadual terão  
40 condições de enquadrar o Rio Paraguaçu na classe II. **O Conselheiro Julio Mota respondeu**  
41 **que desde, da Primeira Resolução que enquadrou o Subaé o qual foi o primeiro**  
42 **enquadramento transitório realizado pelo CONERH, as metas colocada eram muito mais**  
43 **desafiadora do que a apresentada, pois os planos teriam que ser apresentado em seis meses,**  
44 **para transformar o rio que era classe IV em classe II, Estamos falando de Sonho e que não é**  
45 **real, porém é possível alcançar a qualidade. Também informou que se esta enquadrando**  
46 **transitoriamente em classe dois e o rio que é classe quatro para vários parâmetros. Porém**  
47 **disse que teve uma conversa com Luiz Henrique diretor de regulação do INGÁ, pois se está**  
48 **gastando energia e tempo para fazer enquadramento, pois a lei diz que deve se enquadrar em**  
49 **classe dois. Estamos falando aqui de vinte anos, pois não é possível resolver este problema**  
50 **em curto espaço de tempo, pois não é problema da EMBASA, existem outros usuários, existem**  
51 **problemas como ocupação de solo, usuários como frigorífico e outras sérias de problemas.**  
52 **Para resolver este problema envolve projetos, obras e recursos e que jamais será resolvido**

2

53 neste espaço de tempo. Também informou que aceitou tais metas, mesmo sabendo que seria  
54 impossível, para a EMBASA realizar as metas, porém não queria dificultar, mesmo sabendo  
55 que seria obrigado pedir mais tempo para executar o plano, pois é impossível para enquadrar  
56 os rios de classe quatro enquadrar em classe dois, pois envolve umas séries de outros, pois  
57 tinha consciência que tal mudança de enquadramento, mundialmente falando, leva em torno de  
58 20 (vinte) anos. Ainda ressaltou que os prazos estabelecidos anteriormente não eram factíveis,  
59 que doravante, o CONERH deveria estabelecer prazos dentro da realidade. Sergio Bastos  
60 disse que está próximo de se estabelecer Planos de Bacia, o que viabilizará a definição de um  
61 prazo mais viável e real. Antônio Olavo enfatizou que, nos mais dos 400 (quatrocentos)  
62 municípios baianos, apenas 50 (cinquenta) têm sistema de esgoto adequado. Evilásio Fraga  
63 disse que considera tais prazos inexecutáveis, que tais metas não se conseguem atingir em 2  
64 (dois) ou 3 (três) anos. O Presidente em Exercício, Wanderley Rosa Matos, fez informe sobre o  
65 ressarcimento dos representantes de organização civil. A Conselheira Leila Oliveira ressaltou  
66 que não é um problema pontual, uma vez que as Câmaras Técnicas não estão se reunindo  
67 devido à falta de recursos para ressarcir os membros da sociedade civil. A Conselheira Gertha  
68 Merícia lembrou que o tema fora discutido na última reunião da CTIL e que o assunto teria que  
69 ser esclarecido pela Secretaria da Fazenda Estadual - SEFAZ, a qual tem legitimidade e  
70 competência para tal. Wanderley Matos sugeriu que o INGÁ participasse da coordenação do  
71 grupo de trabalho, o qual foi criado para discutir esse assunto, que os prazos são importantes;  
72 mas, há que haver datas pré-estabelecidas, um calendário para – paulatinamente - ir sendo  
73 feitas e apresentadas as ações pertinentes. Wanderley Matos também explicou a proposta e  
74 disse que a disponibilidade de recursos para viabilizar as reuniões contribui para as  
75 organizações. Após as discussões pertinentes, foi feita alteração do artigo 4º da resolução e a  
76 mesma foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Eduardo Henrique Rode questionou  
77 sobre as despesas do plano, quem irá subsidiar as mesmas. Julio Mota disse que esses  
78 questionamentos ficarão para depois, quando da elaboração do plano. Água Doce a  
79 Coordenadora do Programa Água Doce, na Bahia, Maria do Carmo, servidora do INGÁ, fez  
80 explicações sobre o Programa, com a apresentação dos slides, ela esclareceu como se dá a  
81 desanilização da água, qual o destino do sal retirado e quais os benefícios para a população  
82 diretamente atingida pelo Programa. Ainda, apresentou o Plano de Ação para a Bahia  
83 (2011/2019). Julio Mota parabenizou pelo desenvolvimento do programa e disse que deseja  
84 trocar mais informações entre a EMBASA e o INGÁ sobre o mesmo. O Conselheiro  
85 Washington Franca Rocha, também parabenizou o programa e fez alguns questionamentos  
86 técnicos sobre o mesmo. Os quais foram esclarecidos pela sua coordenadora. Felix Barreto,  
87 servidor do INGÁ, fez explanação sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH,  
88 ressaltando que houve três encontros na Bahia para discutir a revisão do PNRH. George,  
89 diretor da Diretoria de Planejamento de RHs/INGÁ, informou que já estão prontas as  
90 consolidações dos encontros regionais (São Francisco e Atlântico Leste). Em seguida, passou-  
91 se a discutir o ponto de pauta sobre as providências quanto à qualidade das águas de Caetitê.  
92 Wanderley Matos disse que não há uma nova análise, uma vez que a mesma depende da  
93 Empresa KNM, dos dados da mesma. Também informou que a solução, sugerida pelos  
94 técnicos do INGÁ, foi a instalação de um desanilizador, o qual deverá ser instalado pela  
95 prefeituras municipais dos municípios e distritos abastecidos por essas águas. Ainda, que há  
96 um projeto que prevê que tais localidades serão abastecidas pelas águas do São Francisco.  
97 Leila Oliveira ressaltou que, em respeito ao CONERH e ao papel que o mesmo desempenha  
98 perante a sociedade, deve-se dirimir tais problemas o quanto antes. Ainda, foi lido o ofício  
99 nº561/10 remetido pelo Ministério Público Federal - MPF ao INGÁ, embora o mesmo devesse  
100 ter sido direcionado ao CONERH, uma vez que fora o mesmo que deliberara sobre a audiência  
101 pública que seria realizada em Caetitê, a qual foi suspensa por esse Conselho. Os  
102 conselheiros acordaram e decidiram pela continuação da suspensão da audiência. Mônica,  
103 servidora do INGÁ, fez uma breve explanação sobre os conflitos do uso da água do Rio Salitre.  
104 Informou que fora realizada duas plenárias do Comitê do Salitre e fora deliberado que dar-se-ia

3

105início a um cadastro para o uso pacífico dos recursos hídricos por todos, ou seja, seria feito um  
106ordenamento desse uso. Em seguida, Almax, presidente do Comitê do Salitre, ressaltou que os  
107conflitos do Salitre é uma tragédia anunciada e que o CONERH deveria tomar providências.  
108Evilásio Fraga ressaltou que o Comitê do Paraguaçu, o qual preside, traz no seu Regimento  
109Interno que as deliberações do Comitê são soberanas e devem ser cumpridas, que o CONERH  
110é uma instância apenas recursal de tais deliberações. Wanderley Matos disse que na região  
111existe um projeto federal, Salitre, do ministério da Integração Social, porém o mesmo não  
112atende às carências da população local. Julio Mota também ressaltou que os comitês têm  
113autonomia e atribuição para resolver suas questões. Questionou-se se as deliberações dos  
114Comitês necessitariam da ratificação ou não do CONERH. Almax, em seguida, ressaltou que  
115cabe ao INGÁ revisar as outorgas, não somente realizar cadastramento (Deliberações do  
116CBHS nº01/2010, art 6º). Entretanto, Mônica disse que o cadastramento é imprescindível para  
117se conhecer o cenário local. Wanderley Matos disse que as dificuldades existem, mas, que é  
118importantíssimo fazer uma gestão ambiental integralizada, entre todos os órgãos e entidades  
119envolvidas nas questões ambientais e, ainda, que se deve buscar o caminho do entendimento.  
120Sergio Bastos disse que entende as preocupações do Almax, pois o INGÁ, diante do problema,  
121não há prazo, que existe um problema de gestão. Disse, ainda, que é o único Comitê de Bacia  
122que tem um plano em curso, que tem que haver uma resposta do INGÁ. Wanderley Matos  
123disse que, de fato, o INGÁ esta buscando dirimir os conflitos e os problemas, que o mesmo já  
124compareceu na localidade três vezes para tomar as providências cabíveis. Julio Mota ressaltou  
125que devemos buscar, sempre, dirimir os problemas dentro do próprio sistema, que apelar para  
126judiciário não seria o melhor caminho, que os problemas deveriam ser resolvidos  
127internamente, e que o INGÁ deve, realmente, estabelecer prazos. Wanderley Matos disse que  
128foi realizada uma plenária no local de conflito, na qual estava presente o Diretor Geral do INGÁ,  
129o Ministério Público Estadual e o Secretário do Meio Ambiente e que, ainda, foi realizada uma  
130segunda plenária para se tentar dirimir os conflitos. Nada mais havendo a discutir, o Presidente  
131em exercício Wanderley Rosa Matos encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.  
132Salvador, 18 de novembro de 2010.